



## “Não se fazem mais elites como antigamente”\*: o incessante problema do elitismo democrático\*\*

*“They ain’t making elites like they used to”: the never ending trouble with democratic elitism*

Jens Borchert\*\*\*

### REFERÊNCIA

BORCHERT, Jens. “Não se fazem mais elites como antigamente”: o incessante problema do elitismo democrático. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 38, p. 3-19, ago. 2018.

### RESUMO

Este artigo identifica três princípios centrais do elitismo democrático, da forma como foram desenvolvidos por vários autores. Em seguida, segue a sorte dessas ideias dentro da teoria democrática. Surpreendentemente, eu encontro a aceitação quase universal, embora não reconhecida, dos princípios do elitismo democrático nas teorias contemporâneas da democracia. Entre o público, no entanto, ainda existe um forte anseio por uma democracia mais próxima do ideal e mais aberta à participação pública. Isso se reflete nas críticas públicas a políticos profissionais “distanciados”. Eu argumento que uma solução conceitual para a tensão entre o estado da teoria democrática e as expectativas do público pode, ironicamente, ser fornecida por uma corrente dentro da teoria do elitismo democrático, a saber, a teoria da poliarquia de Robert Dahl.

### ABSTRACT

*This article identifies three central tenets of democratic elitism as developed by various authors. It then traces the fate of these ideas within democratic theory. Surprisingly, I find almost universal, if unacknowledged, acceptance of democratic elitism’s principles in contemporary theories of democracy. In the public, however, there is still a strong yearning for a democracy that is closer to the ideal and more open to public participation. This is reflected in public criticisms of “detached” professional politicians. I argue that a conceptual solution to the tension between the state of democratic theory and the public’s expectations may ironically be provided by one strand within the theory of democratic elitism, namely Robert Dahl’s theory of polyarchy.*

### PALAVRAS-CHAVE

Teorias da democracia. Profissionalismo político. Autonomia da elite. Participação. Competição.

### KEYWORDS

*Theories of Democracy. Political Professionalism. Elite Autonomy. Participation. Competition.*

### SUMÁRIO

Elitismo democrático infiltrado: teorias contemporâneas da democracia. Democracia versus elitismo: a questão do profissionalismo político. Além do elitismo democrático: reconciliando democracia e elites. Referências.

Não existe, infelizmente, uma teoria unificada do elitismo democrático. Quarenta anos atrás, Peter Bachrach (1967), um autodeclarado opositor do elitismo democrático, identificou toda uma série de escritores do final do século XIX até

a década de 1960 que pertenceriam a essa notória escola de pensamento. Bachrach e críticos que o seguiram delinearam uma linha de influência de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto mediante Max Weber e Robert Michels a Joseph Schumpeter,

\* O título não é meu. Ele é adaptado da dissertação muito perspicaz de André Marengo dos Santos (2000). Em relação aos comentários críticos, eu agradeço aos participantes de uma conferência em Jena e, em particular, a John Higley, que também aprimorou meu inglês [na publicação original]. Além disso, agradeço a um revisor anônimo por comentários e sugestões detalhadas.

\*\* Publicação original: BORCHERT, Jens. “They Ain’t Making Elites Like They Used To”: The Never Ending Trouble with Democratic Elitism. *Comparative Sociology*, v. 8, n. 3, p. 345-363, 2009. Tradução de Gustavo Castagna Machado (Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas - FD-UFPe), com a autorização e revisão do autor.

\*\*\* Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Frankfurt (Alemanha). E-mail: Borchert@soz.uni-frankfurt.de.





Robert Dahl, Seymour Martin Lipset, Giovanni Sartori e muitos outros.

As críticas que Bachrach e outros apresentaram enfocaram os princípios alegadamente adotados por todos estes autores:

1. a ideia de soberania popular deve estar subordinada – “sacrificada” – a um sistema puramente representativo, no qual a participação cidadã está em grande parte restrita ao ato periódico de votação.
2. a existência de uma elite política é natural e inevitável, mesmo em democracia.
3. a autonomia da elite para governar é uma característica desejável de qualquer democracia, porque as elites garantem ser mais “esclarecidas” e mais propensas a promover o bem comum do que as massas sem instrução e autointeressadas.

Bachrach e outros críticos acusam o elitismo democrático de relegar o envolvimento dos cidadãos a um segundo plano, tanto em suas análises empíricas *como* em seu ideal normativo de democracia. A maioria dos teóricos rotulados de “elitistas democráticos” negaria, no mínimo, a última acusação. Eles visam uma compreensão realista da democracia. A primeira tarefa é analisar a democracia como ela é, não como deveria ser.

Nessa visão realista, expor e descartar mitos sobre a democracia é indubitavelmente a contribuição mais importante do elitismo democrático. Diferentes autores aceitaram os três princípios listados acima em graus variados. Vamos examinar um princípio de cada vez.

(1) Embora todos compartilhem de uma compreensão da democracia moderna como um sistema de representação, alguns veem esse sistema como inerentemente superior, enquanto outros o consideram uma segunda melhor solução – mas a única possível em uma política de larga escala. Portanto, a conexão entre soberania popular e representação difere de um elitista democrático para outro. Para alguns, como Weber e Dahl, a representação é uma tentativa de institucionalizar a soberania popular; mas, para

outros, como Mosca e Sartori, ela serve como um escudo contra as exigências desordenadas dos cidadãos.

Bernard Manin (1997) nos lembra de que, por muito tempo na história, a democracia e o governo representativo eram considerados princípios de governo que competiam entre si. Os proponentes do elitismo democrático tentaram reconciliar esses princípios. Algumas das contribuições de James Madison n’O Federalista podem muito bem ser vistas como os primeiros documentos do elitismo democrático. Ele pensava que a soberania popular é mais bem preservada ao (1) ter eleições frequentes e (2) estabelecer que a “ambição [...] neutralize a ambição”, de modo que os funcionários públicos verifiquem e controlem uns aos outros (HAMILTON et al., 1982, p. 262, 267, 290). A participação direta dos cidadãos na tomada de decisões é, portanto, substituída por votação periódica para os titulares de cargos que, então, tomam as decisões.

A “teoria alternativa da democracia” de Joseph Schumpeter (1942) carrega a concepção de Madison ao seu extremo lógico: a democracia nada mais é do que um *método* para alocar poder aos titulares de cargos por meio da competição eleitoral pelos votos. Como é comum aos economistas, Schumpeter pensava que o mercado (político) tomaria conta de todo o resto, e qualquer atrapalhação com esse mercado só poderia ter consequências desastrosas. Por isso, votar não é apenas o mecanismo central da democracia, mas deve ser o *único* caminho para a participação pública. Aqui, a linha de pensamento econômico de Schumpeter acrescentou um novo elemento ao elitismo democrático, embora tenha cabido a Sartori (1976; 1987) desenvolver e justificar mais além essa versão do elitismo democrático, de forma normativa.

(2) A ideia de que toda sociedade tem necessariamente uma elite política é o ingrediente mais antigo do elitismo democrático. Ela pode ser rastreada até Gaetano Mosca (1939 [1923]), que

“Não se fazem mais elites como antigamente”: o incessante problema do elitismo democrático.





sustentava que toda sociedade cria sua própria classe dominante. Para Mosca, a competição eleitoral é apenas uma das várias maneiras de recrutar novos membros da elite. O padrão mais comum era, historicamente, simplesmente cooptar os líderes de agrupamentos que não eram da elite.

Enquanto que a explicação de Mosca para a existência de elites tinha fortes conotações antropológicas, Robert Michels (1970 [1911]) baseou sua explicação mais firmemente na sociologia organizacional. A competição entre organizações cria um forte impulso para a construção de uma elite *dentro* de cada organização. Somente uma liderança durável e em tempo integral será capaz de acumular experiência, habilidades organizacionais, poder e apoio suficientes para desafiar efetivamente outras organizações similares, sejam elas partidos políticos na arena eleitoral ou grupos de interesse na esfera do lobby. A “lei de ferro da oligarquia” implica, portanto, um paradoxo da democracia: quanto mais aberta a competição democrática entre as organizações, mais internamente hierárquicas essas organizações se tornam.

Versões ulteriores do elitismo democrático naturalizaram a observação de Michels de que as elites organizacionais formariam as partes constituintes de uma elite política total dentro de uma sociedade (cf. STAMMER, 1965; LINZ, 2006). Em relação a isso, as teorias da democracia partidária, do partido estatal e do pluralismo estão intimamente ligadas ao elitismo democrático. Em tais teorias, o elitismo é considerado aceitável, desde que haja várias facções de elite concorrentes que representem diferentes setores da sociedade. A lógica do elitismo democrático é aplicada a cada organização política e depois à sociedade em geral.

(3) A busca do elitismo democrático pela autonomia da elite está ligada à suposição meritocrática de que, mediante algum mecanismo

de seleção milagroso, as posições de liderança serão preenchidas pelas pessoas que estão especificamente qualificadas para elas – sejam experts em diversos domínios de políticas ou simplesmente os melhores e mais sábios membros da sociedade. Madison acreditava, por exemplo, que as eleições tendem a favorecer os candidatos mais qualificados (HAMILTON et al., 1982, p. 290).

Mas isso requer uma forte crença na capacidade dos eleitores em fazer as escolhas certas. Isso também carrega o pressuposto tácito de que o reconhecimento de nome, a riqueza, as habilidades retóricas e a experiência prévia de cargo tendem a favorecer os membros da elite social.

Embora esse pressuposto – de que há certos recursos que tendem a inclinar a competição eleitoral em favor de alguns candidatos em detrimento de outros – tenha se mostrado inteiramente correto (cf. BEST; COTTA, 2000 para a Europa; PHILLIPS, 2002 e CANON, 1990 para os EUA), o pressuposto fundamental a respeito da meritocracia ainda está em debate. As posições de liderança são realmente preenchidas por aqueles que estão especificamente aptos para elas? Se sim, qual é o mecanismo que salvaguarda o governo meritocrático?

De fato, a ascendência de líderes específicos tem despertado muitas dúvidas sobre a meritocracia. O escritor nigeriano Chinua Achebe observou certa vez que em seu país *não* há posição de liderança que seja detida pela pessoa mais competente. Embora isso certamente esteja longe da realidade nas democracias avançadas, ela aponta para a possibilidade, ao menos teórica, de um sistema de “seleção adversa”, que favorece precisamente as pessoas erradas (STRØM, 2003, p. 87).

Mas se presumirmos que a meritocracia funciona, então é apenas um pequeno passo aceitar a autonomia da elite em relação ao público

“Não se fazem mais elites como antigamente”: o incessante problema do elitismo democrático.





em geral. Se tivermos o que é um mecanismo indiscutivelmente meritocrático para selecionar líderes, segue-se que se deve investir alguma confiança naqueles que são assim selecionados. Eles devem ter a chance de conduzir a sociedade como bem entenderem, independentemente de mudanças de curto prazo nos humores e opiniões do público.

Os teóricos da democracia que levaram mais longe o argumento de autonomia da elite são Schumpeter (1942) e Sartori (1976; 1987). Em suas opiniões, a autonomia da elite é complementar à participação restrita do cidadão. Ela serve como salvaguarda final contra cidadãos ignorantes e sua tendência a apoiar demagogos e soluções populistas. Uma importante função das instituições democráticas representativas é, portanto, proteger as elites contra a influência dos cidadãos.

A questão da autonomia da elite avultou em um dos grandes debates de meados da década de 1970 e 1980, que se centraram na questão da “governabilidade”. Alguns críticos conservadores – além de Sartori, esses incluíram Samuel Huntington e seus colegas em um relatório para A Comissão Trilateral, Wilhelm Hennis e seus colaboradores na Alemanha, Anthony King e analistas afins na Grã-Bretanha – argumentaram que os países ocidentais se tornaram ingovernáveis por causa dos “excessos” da democracia. Isso foi uma reação aos movimentos políticos e acadêmicos do início da década de 1970 que pediram uma completa democratização do Estado e da sociedade – o chamado para “arriscar mais democracia”, como proclamava o chanceler alemão Willy Brandt (sem muita consequência). Adeptos do elitismo democrático viram seu modelo favorito, um governo representativo centrado na elite, em perigo, então eles contra-atacaram (para uma crítica contemporânea perspicaz, ver OFFE, 1979). Esse episódio mostrou que, pelo menos para alguns estudantes de política, o elitismo democrático é

muito mais do que um tratamento puramente descritivo de como a democracia funciona.

Hoje há pouca conversa sobre o elitismo democrático. Entre os públicos, quase nunca é mencionado, e, mesmo na ciência política e na sociologia política, a teoria recuou para o status de “clássico moderno”. Como todos sabemos, o status de ser um clássico é uma faca de dois gumes. Pode significar que uma ideia se “infiltrou” tanto na sabedoria convencional que já não é mais reconhecível como uma ideia distinta. Pode também significar, no entanto, que as marés da história cobriram uma ideia a ponto de ela ser vista como algo pertencente a um passado distante, com pouca relevância para os problemas atuais. E, finalmente, pode significar que uma ideia é um dos dois polos de uma competição contínua, entre os quais o pêndulo da atenção acadêmica e pública oscila de um lado para outro de acordo com a modificação das circunstâncias.

Qual é o balanço do elitismo democrático? É essa questão que motivará o restante deste artigo. Deixe-me primeiramente considerar a possibilidade de que o elitismo democrático tenha resolvido a relação entre as elites e a democracia de forma tão convincente que o debate sobre o assunto está efetivamente terminado; em virtude desse triunfo, o elitismo democrático não é mais muito discutido. Como pretendo mostrar, esse juízo se torna plausível pelas atuais teorias da democracia que incorporaram os princípios centrais do elitismo democrático como pressuposições-chave não reconhecidas.

## **ELITISMO DEMOCRÁTICO INFILTRADO: TEORIAS CONTEMPORÂNEAS DA DEMOCRACIA**

Na Alemanha, o apelo eleitoral bastante limitado do pequeno partido liberal, os Democratas Livres, é frequentemente explicado por seu sucesso ideológico. O liberalismo, conforme o argumento, permeou o pensamento

“Não se fazem mais elites como antigamente”: o incessante problema do elitismo democrático.





político dos muito maiores Social-Democratas e Democratas-Cristãos de tal forma que um partido liberal não é mais necessário. Ralf Dahrendorf fez um argumento semelhante a respeito da social-democracia internacional: o século XX foi o século social-democrata ou a era de ouro; se os partidos social-democratas estão agora na defensiva, isso é, segundo Dahrendorf, simplesmente devido ao seu enorme sucesso anterior na construção do Estado de bem-estar social.

Não estou totalmente convencido por um argumento que interpreta o fracasso atual como uma medida do sucesso histórico. Essa leitura “dialética” parece ser um prêmio de consolação para os perdedores de um processo histórico, dando evidências, principalmente, da inventividade de seu proponente. No entanto, não podemos excluir, a priori, a possibilidade de que o elitismo democrático se tenha convertido em sabedoria convencional e não seja mais debatido precisamente porque é universalmente aceito.

A medida dessa possibilidade seria a dimensão com que os três princípios básicos do elitismo democrático – um sistema representativo com envolvimento limitado dos cidadãos, a existência de elites políticas e a autonomia da elite no governo – não são desafiados hoje. Provas podem ser encontradas, em primeiro lugar, nas teorias da democracia que dominam o debate de hoje e, segundo, nas crenças dos cidadãos.

O grande número de teorias diferentes e os debates separados acerca de cada uma – em suma, a segmentação de teorias da democracia – torna difícil nomear algumas abordagens que são dominantes hoje em dia. Mas, utilizando uma revisão recente do campo por Hubertus Buchstein (2004), podemos apontar alguns avanços que moveram teorias específicas para a proximidade da linha de frente do debate.

Buchstein distingue teorias empíricas, formais e normativas da democracia. As teorias empíricas tentam medir o desempenho da

democracia e revelar relações causais entre certas características institucionais dos sistemas democráticos e seu desempenho. Os dois modelos de democracia de Arend Lijphart, consensual e majoritário, pertencem à categoria de teorias empíricas. O mesmo se aplica às comparações entre os sistemas presidencial e parlamentarista, a tomada de decisões parlamentar e plebiscitária, os diferentes sistemas eleitorais e assim por diante. Todas essas teorias são parte do que Buchstein (2004, p. 59) chama de “racionalização do conceito de democracia”. Isso é, as análises da democracia voltam-se ao quanto ela conduz a políticas aparentemente mais racionais e, portanto, “melhores”. A qualidade da democracia é definida em grande parte em termos de seu resultado.

Essa perspectiva implica papéis para as elites e para os cidadãos que estão surpreendentemente próximos do elitismo democrático. Se o resultado é o foco, a participação recua quase automaticamente em importância. Os contributos procedimentais estão subordinados a resultados e efeitos substantivos. O caráter representativo da democracia é naturalizado, assim como a existência de elites políticas. Essas elites são agora definidas em um sentido puramente posicional, no entanto.

A pressuposição (em grande parte não admitida) é que a racionalidade institucional supera a escolha individual da elite. Portanto, não importa quem seja o presidente ou os representantes e como eles concebem seus papéis, porque a concepção institucional limita a liberdade de ação das elites. As elites, portanto, têm autonomia em relação às demandas dos cidadãos, mas são bastante limitadas em suas ações pelas instituições. Somente ao conceber novas instituições em períodos de transição possuem as elites maior liberdade de ação e capacidade de romper com padrões institucionais preexistentes. O conservadorismo estrutural do “novo institucionalismo” é aparente.

“Não se fazem mais elites como antigamente”: o incessante problema do elitismo democrático.





As teorias formais da democracia derivam principalmente do paradigma da escolha racional. Eles reduzem a política democrática a diferentes “jogos que atores reais jogam” (SCHARPF, 1997). Essas teorias também presumem o governo representativo; elas calculam o comportamento racional dos atores dentro das instituições representativas. Nesse sentido, as teorias formais são elitistas desde o seu início: somente quando se olha para o comportamento de um número limitado de atores (elites), em um quadro institucional claramente definido, é que as teorias formais podem atingir todo o seu potencial.

Por isso, um foco nas elites definidas posicionalmente é um componente necessário das teorias formais, como é o pressuposto da autonomia da elite. A abordagem do ator de veto (*veto player*), concebida por George Tsebelis (2002), é provavelmente a teoria formal mais influente da democracia no momento, e se baseia em premissas centrais do elitismo democrático. Ela lida com o governo representativo (o quadro institucional), as elites (os atores de veto) e as preferências e estratégias da elite autônoma. O “conjunto de vitórias” (“win-set”) é definido apenas em termos da interação entre diferentes facções de elite; a cidadania mais ampla não desempenha nenhum papel. Aqui, temos claramente um eco de como o elitismo democrático e a escolha racional estavam entrelaçados na abordagem de Schumpeter à política.

As teorias normativas da democracia tiveram o maior crescimento nos últimos vinte anos. As teorias que enfatizam a inclusão e as teorias que enfatizam a deliberação têm sido mais proeminentes. As primeiras baseiam-se em observações de certos grupos sistematicamente desfavorecidos nas democracias contemporâneas. O seu ponto de referência empírico é a (sub)representação desses grupos nos parlamentos e outras instituições políticas fundamentais. Assim, seu clamor para que mais

mulheres ou mais membros de minorias étnicas conquistem cargos eletivos. Mas suas premissas subjacentes são o governo representativo e a inevitabilidade das elites políticas. O seu único distanciamento da teoria do elitismo democrático diz respeito à autonomia da elite: uma maior representação de grupos desfavorecidos nas instituições políticas só faz sentido se os representantes elaborarem políticas que respondam e sirvam aos interesses dos eleitores que os elegem, isto é, somente se eles não governarem com autonomia significativa.

As teorias da democracia deliberativa são frequentemente apresentadas como o óbvio contramodelo ao elitismo democrático. Modelada na ideia de Habermas de um discurso político que seria desprovido de relações de dominação, a democracia deliberativa é retratada como uma democracia radical ou “densa”, com ampla deliberação na esfera pública, substituindo a tirania da maioria eleitoral. É difícil capturar a relação entre democracia deliberativa e elitismo democrático, entretanto, devido às muitas formas de democracia deliberativa que seus diferentes defensores propõem. Alguns simplesmente pedem uma deliberação interna dentro de cada indivíduo, o que basicamente equivale à admoestação para “pensar antes de falar” (cf. GOODIN, 2003). Outros querem emendar ou mesmo substituir o tecido institucional da democracia por novos elementos.

Na versão de Habermas (1994), a democracia deliberativa deve basear-se em instituições representativas existentes. Torná-las mais deliberativas implica o fortalecimento dos papéis de minorias e experts. Minorias e pessoas particularmente afetadas por uma determinada decisão teriam uma garantia de ser ouvidos no processo. No entanto, isso estaria restrito a porta-vozes que atendessem ao alto padrão da deliberação “civil”. O outro grupo que se beneficia da deliberação é o de experts em políticas.

“Não se fazem mais elites como antigamente”: o incessante problema do elitismo democrático.

Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n. 38, p. 3-19, ago. 2018.

ISSN: 0104-6594 Site <http://seer.ufrgs.br/revfacdir> Email: [revistafacdir@ufrgs.br](mailto:revistafacdir@ufrgs.br)

Faculdade de Direito da UFRGS - Avenida João Pessoa, 80 - Centro Histórico - Porto Alegre - RS - Brasil

CEP 90040-000 - Telefone: +55 51 3308-3118 - Site <http://www.ufrgs.br/direito/>





Resumidamente, a prescrição habermasiana também procura “racionalizar” a democracia, concentrando-se em seus resultados no sentido que Buchstein discute. Não é de surpreender que alguns defensores da legitimidade do resultado também abriguem uma preferência pela deliberação entre os experts. Por exemplo, eles veem a “comitologia”<sup>1</sup> da União Europeia como um modelo para a deliberação democrática (ver, por exemplo, JOERGES; NEYER, 1997a; 1997b). O seu argumento é que certas questões de políticas podem ser resolvidas mais racionalmente se forem removidas do domínio da politicagem eleitoral e entregues a grupos de experts que as deliberarão a portas fechadas. Isso ocorre porque o sigilo da deliberação provavelmente melhora sua qualidade (ELSTER, 1995; também cf. CHAMBERS, 2004). A delegação de autoridade de tomada de decisão a agências ou comissões aumentaria, alega-se, a qualidade tanto da deliberação como da formulação de políticas.

Assim, enquanto um ramo da democracia deliberativa se baseia em instituições representativas, outros ramos, particularmente aqueles que se concentram na deliberação além do Estado-nação, procuram conceitualmente transcendê-las. Porém, os últimos teóricos não postulam uma alternativa mais plebiscitária ou mais puramente democrática. Eles sugerem arranjos institucionais que removem a tomada de decisões ainda mais das pessoas, a fim de governar mais efetivamente para as pessoas (cf. SAWARD, 2000). Essa posição contém uma crença que as capacidades de deliberação e de resolução de problemas das elites são superiores e na necessidade de que elas ajam de forma

autônoma. Nas palavras de Joshua Cohen: “Talvez um procedimento deliberativo ideal esteja mais bem institucionalizado ao assegurar um debate político bem conduzido entre as elites” (citado em SAWARD, 2000, p. 75).

Paradoxalmente, então, a suspeição de pressões populares que Sartori expressa ao longo de seus escritos é ecoada em teorias deliberativas, que duvidam da “competência” das pessoas comuns para fazer escolhas informadas tanto quanto suas ancestrais [teorias] elitistas duvidavam (SUNSTEIN, 1991; cf. OFFE, 2003, p. 310-316). Poderíamos resumir tudo isso parafraseando o que E.E. Schattschneider observou sobre o pluralismo (1960, p. 34-35): “O vício no céu deliberativo é que o coro celestial canta com forte sotaque elitista”.

No geral, as premissas subjacentes ao elitismo democrático informam as atuais teorias dominantes da democracia em um grau surpreendente. A democracia representativa é quase universalmente aceita não apenas como a única possível, mas também como um tipo superior de governo; as elites são vistas como uma característica não-problemática da democracia; e a autonomia da elite é considerada uma condição necessária para a formulação racional de políticas. Nesses aspectos, o elitismo democrático está vivo e bem, tendo se “infiltrado” até mesmo nas atuais teorias da democracia que começaram com o objetivo declarado de aumentar a participação pública. E quanto ao povo?

<sup>1</sup> “Comitologia” é o termo oficial para a teia de comitês formados por funcionários públicos nacionais dos estados-membros da UE que auxiliam a Comissão Europeia na implementação da legislação europeia. Embora os especialistas não precisem necessariamente fazer parte de uma elite, neste caso eles certamente são. Eles fazem parte de uma elite burocrática que, por sua vez, orienta-se pelas

elites políticas nacionais e, ao mesmo tempo, consulta as elites de grupos de interesse de nível europeu. Portanto, todo o processo é orientado pela elite e deliberadamente projetado para maximizar a autonomia geral da elite, ao mesmo tempo que oferece ampla oportunidade para o consenso e o comprometimento dentro da elite.





## DEMOCRACIA VERSUS ELITISMO: A QUESTÃO DO PROFISSIONALISMO POLÍTICO

Enquanto que as teorias da democracia fizeram as pazes com o elitismo democrático, de alguma forma os cidadãos não o fizeram. Estudo atrás de estudo se mostra que os cidadãos das democracias ocidentais desconfiam profundamente de seus líderes políticos e se sentem excluídos da política (cf. inter alia, KAASE; NEWTON, 1995; PHARR; PUTNAM, 2000; DALTON, 2007). Essas análises deixam claro que, embora haja pouca oposição à democracia como um sistema, há um descontentamento forte e generalizado com sua prática e com seus praticantes de elite.

O descontentamento fica mais nítido em questões procedimentais do que no conteúdo de políticas (cf. HIBBING; THEISS-MORSE, 2001). Nas palavras de Hibbing e Theiss-Morse (2001, p. 149, 152): “As crenças públicas a respeito de um governo distante têm mais a ver com procedimentos do que com políticas; isto é, com o modo como as decisões são tomadas, em vez de seu conteúdo específico. [...] As pessoas querem que a tomada de decisão ocorra de forma equilibrada entre as autoridades eleitas e as pessoas comuns, mas elas pensam que estão se sujeitando a um processo dominado pelos que exercem cargos.”

Os cidadãos acreditam que o processo político é deliberadamente vedado contra sua influência. Pesquisadores de opinião recebem regularmente altas taxas de resposta positiva quando oferecem declarações como “Pessoas como eu não têm uma influência real na política”. Obviamente, esse sentimento de impotência e o descontentamento que isso ajuda a produzir estão intimamente relacionados. Para nós, há tanto uma análise do elitismo na política democrática como uma expectativa normativa de que a democracia

deve ser acessível e igualitária. Voltaremos para as razões para essa dualidade mais tarde.

Vimos que algumas teorias da democracia são mais voltadas para o resultado. Elas pressupõem que o desencantamento dos cidadãos possa ser evitado ao concentrar-se nos resultados do processo político e não no próprio processo. Mas melhores resultados em políticas são difíceis de ser alcançados – ou reivindicados – quando os problemas sociais são cada vez mais complexos e entrelaçados, quando as condições externas limitam as áreas de ação em face da globalização e quando os políticos enfrentam intenso escrutínio público. Os resultados, portanto, dificilmente podem ser substitutos de uma maior participação cidadã. Em vez disso, as pessoas atribuem resultados insatisfatórios a procedimentos que elas consideram não ser democráticos.

Existe a questão dos líderes políticos. Pesquisadores de opinião e consultores de mídia têm argumentado com sucesso em favor de um estilo de política mais personalizado como um remédio para a falta de atratividade das instituições e das políticas (cf. HART, 1992; MUGHAN, 2000; SWANSON; MANCINI, 1996). Assim, encontramos campanhas eleitorais, mesmo em democracias partidárias como a Alemanha, onde os emblemas partidários dificilmente podem ser vistos e os partidos tentam ganhar eleições concentrando a atenção do público quase que exclusivamente em seu candidato para o cargo político principal – para um cargo de chanceler, primeiro-ministro ou prefeito. Paradoxalmente, porém, esse foco nas personalidades dos principais líderes tende a erodir ainda mais a confiança nos líderes políticos em geral.

As personalidades da mídia são desconstruídas ou se decompõem por conta própria muito mais rapidamente do que novas podem ser criadas. Não é exagero dizer que a maioria dos partidos está ficando sem candidatos apresentáveis. No geral, temos a situação irônica

“Não se fazem mais elites como antigamente”: o incessante problema do elitismo democrático.







de que os políticos ocupantes de cargos se tornaram profundamente impopulares com os cidadãos ao mesmo tempo em que os teóricos políticos fizeram as pazes com as elites políticas.

Eu quero argumentar que a profissionalização<sup>2</sup> da política mudou a relação entre cidadãos e políticos de ambos os lados. Historicamente, a crescente profissionalização estava ligada inextricavelmente à crescente democratização (representativa) (BORCHERT, 2003; 2008). Como Weber (1994) observou em 1919, ou você paga políticos por seu trabalho político ou você deixa a esfera política para os “plutocratas” – para aqueles poucos ricos que podem pagar.

A política democrática foi profissionalizada em um processo lento, mas inexorável, desde os dias das Revoluções Francesa e Americana. Isso teve três importantes consequências:

\* a área profissionalizada da política está em constante expansão. O profissionalismo político se propagou da política nacional para a política regional e para a política local; penetrou profundamente no estado e na sociedade.

\* a adesão à área profissionalizada da política tem sido regida principalmente por regras de cooptação. São os políticos profissionais que decidem em grande parte sobre novos recrutas para o campo.

\* ao mesmo tempo, os eleitos têm sido cada vez mais bem-sucedidos em evitar as exigências de responsabilidade política para com os eleitores.

Do ponto de vista dos políticos profissionais, os cidadãos são um perigo

constante. Uma vez que os políticos se profissionalizem, seu interesse em reter um cargo ou mudar para um mais atraente assume uma nova qualidade. Não se trata mais apenas de permanecer na vida pública; trata-se de continuar no negócio. Os políticos se comportam como membros de qualquer outra profissão (novamente, cf. WILENSKY, 1964; ABBOTT, 1988): eles, individual e coletivamente, tentam se proteger da influência de pessoas externas.

Sendo seus próprios reguladores, os políticos profissionais têm, de forma geral e previsível, sido bem-sucedidos nesse empreendimento. Em meio à queda das taxas de popularidade, as taxas de reeleição são surpreendentemente altas, não importa que tipo de sistema eleitoral um país tenha. Obviamente, os profissionais políticos concebem maneiras diferentes de assegurar a reeleição em diferentes sistemas: controle partidário de faixas promissoras em sistemas de representação proporcional de lista fechada; finanças superiores de campanha para os estabelecidos no sistema de pluralidade estadunidense. Apesar das diferenças em seus detalhes, esses mecanismos têm se mostrado igualmente eficazes na proteção dos estabelecidos e na redução da responsabilidade política (cf. SOMIT et al., 1994).

Mas, independentemente das taxas de reeleição, a ameaça subjetiva de uma desprofissionalização<sup>3</sup> súbita nas mãos de eleitores vingativos permanece. Assim, mesmo aqueles políticos que deveriam se sentir

2 “Profissionalização” é um termo muito complexo, pois pode se referir não apenas a indivíduos e instituições, mas também pode ser usado tanto de forma positiva (preferindo o profissionalismo ao diletantismo dos amadores) como em um sentido neutro. Também conota dois processos diferentes, embora relacionados. Por um lado, a noção weberiana simplesmente se refere ao processo pelo qual uma atividade se torna uma ocupação. Por outro lado, na sociologia das profissões, há uma longa tradição de ver algumas ocupações – as profissões (com o direito e a medicina sendo casos por excelência) – separadas de outras por um número de critérios. Como exemplos clássicos, ver Wilensky (1964) e Abbott (1988). Argumentei em outro

lugar (BORCHERT, 2003, p. 148-67) que a política certamente se tornou uma ocupação em tempo integral, como Weber (1994) reconheceu desde cedo. Mas, no processo, também assumiu algumas características, mas não todas, de uma profissão. Mais importante, o acesso é cada vez mais regulado pelos que a exercem, criando assim uma tensão inerente com o ideal democrático.

3 Na maioria dos casos, ser membro da “profissão” política está ligado ao exercício de um cargo público. Assim, perder o cargo equivale à desprofissionalização, a ser removido não apenas de sua ocupação, mas também do tecido social e da rede que ele fornece – a menos que se seja rapidamente capaz de conquistar outro cargo.





razoavelmente seguros, estão frequentemente “assustados” (KING, 1997), porque a segurança eleitoral não pode ser considerada garantida.

Os cidadãos compreensivelmente têm uma visão diferente da profissionalização da política. Eles veem um “campo político” (BOURDIEU, 2001) habitado e patrulhado de maneira vigilante por profissionais políticos que se recusam a ser controlados externamente. Concomitantemente, mesmo dois séculos de elitismo democrático não erodiram totalmente a crença na natureza igualitária da democracia entre o público. Dada a sua ignorância dos recentes desenvolvimentos nas teorias da democracia, muitos cidadãos consideram a “democracia de audiência” (MANIN, 1997) como uma violação do princípio democrático.

Como o leitor já deve ter adivinhado, penso que o argumento desses cidadãos é válido. Ao que eles reagem, no entanto, é a um elitismo democrático que assume a forma específica de uma política profissionalizada. Portanto, o público muitas vezes é altamente crítico de especificidades, como aumentos salariais legislativos ou o aumento do número de políticos de carreira de longo prazo, de pessoas com pouca experiência em outras esferas da sociedade. O que é dirigido contra os “excessos do profissionalismo” é também, em seu núcleo, uma crítica ao elitismo democrático.

### **ALÉM DO ELITISMO DEMOCRÁTICO: RECONCILIANDO DEMOCRACIA E ELITES**

Quais são as possíveis soluções para essas tensões entre democracia e elites? O mais fácil, é claro, é evitar as patologias percebidas da profissionalização simplesmente abolindo-a. O

4 Políticos profissionais buscam novas oportunidades para continuar suas carreiras. Por exemplo, alguns membros ilustres da Assembleia da Califórnia, altamente profissionalizada e com limitação [da quantidade] de mandatos, tornaram-se prefeitos, de São Francisco (Willie

fantasma do cidadão político que resolve tudo sozinho e não tem necessidade de políticos profissionais é suficientemente vívido para ser reinvocado periodicamente como um ideal democrático (cf. BARBER, 1984). A assembleia de cidadãos em Atenas, as tradições similares em alguns cantões suíços e a tão citada reunião da prefeitura da Nova Inglaterra são modelos para uma democracia por amadores – mesmo que esses modelos dificilmente possam ser adaptados às exigências da moderna democracia em larga escala.

Outra ideia é manter o cargo por um tempo limitado apenas como um dever cívico. Mas mesmo no país onde esta tradição é mais forte – a Suíça – há muito tempo passou a época em que atuar em assembleias legislativas era visto como parte do “serviço de milícia”. Hoje, os políticos suíços são profissionais financiados em grande parte por grupos de interesse. Nos estados em que o movimento estadunidense de limitação [da quantidade] de mandatos se consolidou, o resultado parece ser de mudanças dentro dos padrões da carreira profissional, em vez de uma eliminação do profissionalismo.<sup>4</sup> E mesmo um sucesso nacional do movimento de limitação [da quantidade] de mandatos provavelmente não poderia ser considerado um sucesso para a democracia: o resultado quase certo seria um enfraquecimento das instituições representativas e um fortalecimento de atores não eleitos, como burocratas e lobistas (CAREY et al., 2000; KURTZ et al., 2007).

A democracia representativa moderna precisa e gera políticos profissionais. Em uma época em que o governo representativo é o único elemento do elitismo democrático que é universalmente aceito, eles estão aqui para ficar. Mas o que o público não pode aceitar é a

Brown) ou Los Angeles (Antonio Villaraigosa), enquanto outros concorreram ao Congresso. Assim, novas instituições tornaram-se opções razoáveis enquanto perseguiam uma carreira política profissional, e assim surgiram novos padrões de carreira. Cf. CAREY et al. 2000.

“Não se fazem mais elites como antigamente”: o incessante problema do elitismo democrático.

Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n. 38, p. 3-19, ago. 2018.

ISSN: 0104-6594 Site <http://seer.ufrgs.br/revfacdir> Email: [revistafacdir@ufrgs.br](mailto:revistafacdir@ufrgs.br)

Faculdade de Direito da UFRGS - Avenida João Pessoa, 80 - Centro Histórico - Porto Alegre - RS - Brasil

CEP 90040-000 - Telefone: +55 51 3308-3118 - Site <http://www.ufrgs.br/direito/>





existência de uma elite que é vista como indiferente e irresponsável, e uma arena política considerada inacessível (HIBBING; THEISS-MORSE, 2001). No entanto, são exatamente os limites dessa arena que os elitistas democráticos retratam positivamente, como conotando a “autonomia da elite”.

O dilema da teoria democrática é bastante claro. Por um lado, se os teóricos democráticos tolerarem a autonomia da elite, eles também tenderão a tolerar o status quo ou até mesmo a clamar por uma margem das elites cada vez maior na tomada de decisões, independentemente do descontentamento dos cidadãos. Se, por outro lado, os cidadãos estão descontentes com o que eles percebem como muita margem para as elites, eles buscarão remédios. Mas, como vimos, alguns dos remédios não eliminariam as causas do descontentamento dos cidadãos e teriam o potencial de causar danos significativos em outros lugares.

Talvez a tentativa de contrabalançar algumas das deficiências participativas da democracia moderna, aumentando seus elementos plebiscitários, seja uma rota mais promissora. Isso não seria uma nova abordagem; o teórico do direito austríaco Hans Kelsen (1981) propôs isso no final da década de 1920. Em termos mais gerais, há a necessidade de teorias da democracia que levem a sério a crítica pública às elites autônomas e à falta de responsabilização destas últimas, sem recorrer a soluções simplistas.

Como pareceria uma teoria que aceita as realidades da democracia moderna, mas ainda mantém um ímpeto emancipatório – uma simpatia principiada pelas pessoas comuns e sua soberania política? Eu penso que, paradoxalmente, pareceria muito similar a um ramo da teoria democrática que é frequentemente incluído sob o rótulo de elitismo democrático. Essa posição foi mais claramente apresentada em *Polyarchy* (1971) de Robert Dahl – um livro que, por alguma estranha razão, passou a ser visto pelos teóricos

normativos como estabelecente de uma “democracia fraca” que eles evitam (BARBER, 1984). Mesmo as pessoas que simpatizam com a concepção de Dahl a chamam de “minimalista” (ABROMEIT, 2002), o que parece fora de questão.

Como é sabido, Dahl baseia sua concepção de democracia em dois, e somente dois, critérios: participação e contestação. Ambas as normas vão muito além do que Schumpeter ou Sartori exigiam dos sistemas democráticos – especialmente porque essas normas são concebidas como contínuas, com um prêmio colocado para a *maior* participação e *maior* contestação. Dahl propõe que o único limite para estender a participação e a contestação deve ser posto caso elas se tornem uma ameaça à continuação da própria democracia. A esse respeito, pode-se facilmente conceber situações de hipermobilização ou concorrência feroz que impeçam, em vez de promover, a democracia.

A manutenção dos direitos de participação dos cidadãos serve como um controle efetivo contra o excesso de autonomia da elite. É inadmissível delimitar a participação dos cidadãos para aumentar a eficiência do governo ou obter um melhor resultado em políticas. Pelo contrário, a tarefa é encontrar tantos canais quanto possível para a participação efetiva dos cidadãos.

Isso é um apelo à criatividade democrática com o objetivo geral de conciliar democracia e governo representativo, não os justapondo. De certa forma, o objetivo de maximizar a participação aproxima-se da concepção de democracia de Dewey como um modo de vida que tem um efeito transformador sobre os cidadãos, sem pedir sistematicamente muito deles. Os direitos de participação estendida também não estão condicionados a certo nível de maturidade política ainda não alcançada. A democracia na concepção de Dahl não exige que nasça uma nova geração de cidadãos.





Tão importante quanto os direitos de participação é o que Dahl chama de contestação pública. Esse critério lida com a competição política. Infelizmente, a competição tem sido mal considerada entre os cientistas sociais, como parte da reação à lógica neoliberal que atualmente prevalece no pensamento econômico. Alguns cientistas sociais chegam a identificar a competição como um elemento central de “aceleração” – de subsumir outras esferas sob a lógica do capitalismo – e clamam pela redução da competição em toda a sociedade (ROSA, 2006). Nessa perspectiva, o surgimento de cartéis entre os principais partidos nas democracias avançadas e os efeitos que isso teve nos próprios partidos (KATZ; MAIR, 1995) teriam que ser reavaliados como uma contribuição positiva. De forma mais geral, Stefano Bartolini (1999; 2000) demonstrou claramente até que ponto as políticas democráticas competitivas estão realmente firmadas em práticas colusivas.

No entanto, de acordo com Dahl, manter uma concorrência significativa é essencial para a qualidade da democracia. Como Ian Shapiro (2003, p. 149) argumenta de forma convincente, “o problema [...] não está na democracia competitiva, mas na sua ausência.” Somente mediante competição pode ser assegurada a responsabilização e a capacidade de resposta do quadro político. Se não houver competição, se a competição é meramente simbólica, ou se os cidadãos não são os que decidem os vencedores, a democracia está em apuros. Um bom exemplo

de como o princípio democrático pode ser esvaziado, mantendo o método competitivo schumpeteriano, mas suspendendo a contestação dahliana, é o transformismo do sul da Europa do final do século XIX (cf. RUESCHEMEYER et al. 1992, p. 103, 119-20). Dois partidos extraídos dos mesmos estratos sociais competiram formalmente por votos, ao mesmo tempo em que haviam acordado previamente por uma fórmula de partilha de poder.

Nos anos 1960, havia outros escritores além de Dahl, que também compreendiam bem a importância da competição democrática. E.E. Schattschneider (1960) e Otto Kirchheimer (1964) desenvolveram análises críticas de como a democracia moderna pode decair com a perda da concorrência. Seus escritos parecem mais oportunos do que nunca. Nos dias de plena profissionalização política, mais participação cidadã e mais competição entre os políticos e seus programas são essenciais.

Nada disso é uma receita para “democracia fraca”. Pelo contrário. Assim, nossa revisão do elitismo democrático termina de forma paradoxal: o elitismo democrático conquistou os teóricos, mas perdeu os cidadãos. Descreveu muito bem a realidade das democracias modernas, mas provou ser uma doutrina apologética, normativamente inaceitável. Ainda assim, também fornece, pelo menos em algumas de suas variantes, a melhor rota teórica para reconciliar o desejo democrático com a prática da democracia.

## REFERÊNCIAS

- ABBOTT, Andrew. *The System of Professions*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- ABROMEIT, Heidrun. *Wozu braucht man Demokratie?* Opladen: Leske + Budrich, 2002.
- BACHRACH, Peter. *The Theory of Democratic Elitism*. Boston: Little, Brown, 1967.
- BARBER, Benjamin R. *Strong Democracy*. Berkeley: University of California Press, 1984.

“Não se fazem mais elites como antigamente”: o incessante problema do elitismo democrático.





BARTOLINI, Stefano. Collusion, Competition and Democracy, Part I. *Journal of Theoretical Politics*, v. 11, i. 4, p. 435-70, 1999.

\_\_\_\_\_. Collusion, Competition and Democracy, Part II. *Journal of Theoretical Politics*, v. 12, p. 33-66, 2000.

BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio (Eds.). *Parliamentary Representatives in Europe 1848–2000*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BORCHERT, Jens. *Die Professionalisierung der Politik. Zur Notwendigkeit eines Ärgernisses*. Frankfurt: Campus, 2003.

\_\_\_\_\_. Political Professionalism and Representative Democracy: Common History, Irresolvable Linkage, and Inherent Tensions. In: PALONEN, Kari; PULKKINEN, Tuija; ROSALES, José Maria (Eds.). *The Politics of Democratisation in Europe*. Aldershot: Ashgate, 2008, pp. 267-84.

BOURDIEU, Pierre. *Das politische Feld*. Konstanz: UVK, 2001.

BUCHSTEIN, Hubertus. Demokratie. In: GÖHLER, Gerhard; ISER, Mattias; KERNER, Ina (Eds.). *Politische Theorie*. Wiesbaden: VS, 2004, pp. 47-64.

CANON, David T. *Actors, Athletes, and Astronauts. Political Amateurs in the United States Congress*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

CAREY, John M.; NIEMI, Richard G.; POWELL, Lynda W. *Term Limits in the State Legislatures*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.

CHAMBERS, Simone. Behind Closed Doors: Publicity, Secrecy, and the Quality of Deliberation. *Journal of Political Philosophy*, v. 12, p. 389-410, 2004.

DAHL, Robert A. *Polyarchy. Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

DALTON, Russell J. *Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

ELSTER, Jon. Strategic Uses of Argument. In: ARROW, Kenneth; MNOOKIN, Robert H.; TVERSKY, Alan (Eds.). *Barriers to Conflict Resolution*. New York: Norton, 1995, pp. 236-57.

GOODIN, Robert E. *Reflective Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Faktizität und Geltung*. 4. Aufl. Frankfurt: Suhrkamp, 1994.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *The Federalist Papers*. Edited by Gary Wills. New York: Bantam Books, 1982 [1787/1788].

HART, Roderick P. *Seducing America. How Television Charms the Modern Voter*. London: Sage, 1992.

HIBBING, John; THEISS-MORSE, Elizabeth. Process Preferences and American Politics: What the People Want Government to Be. *American Political Science Review*, v. 95, p. 145-53, 2001.

“Não se fazem mais elites como antigamente”: o incessante problema do elitismo democrático.





- JOERGES, Christian; NEYER, Jürgen. From Intergovernmental Bargaining to Deliberative Political Processes: The Constitutionalisation of Comitology. *European Law Journal*, v. 3, p. 274–300, 1997a.
- \_\_\_\_\_. Transforming Strategic Interaction into Deliberative Problem-Solving: European Comitology in the Foodstuffs Sector. *Journal of European Public Policy*, v. 4, p. 609-25, 1997b.
- KAASE, Max; NEWTON, Kenneth. *Beliefs in Government*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. “Changing Models of Party Organization and Party Democracy. The Emergence of the Cartel Party.” *Party Politics*, v. 1, p. 5-28, 1995.
- KELSEN, Hans. *Vom Wesen und Wert der Demokratie*. Reprint. Aalen: Scientia, 1981 [1929].
- KING, Anthony. *Running Scared*. New York: Free Press, 1997.
- KIRCHHEIMER, Otto. Wandlungen der politischen Opposition. *Politik und Verfassung*. Frankfurt: Suhrkamp, 1964, p. 123-50.
- KURTZ, Karl T.; CAIN, Bruce; NIEMI, Richard G. (Eds.). *Institutional Change in American Politics. The Case of Term Limits*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2007.
- LINZ, Juan J. *Robert Michels, Political Sociology, and the Future of Democracy*. New Brunswick: Transaction, 2006.
- LIPSET, Seymour Martin. *Political Man. The Social Bases of Politics*. Garden City, NY: Doubleday, 1960.
- MANIN, Bernard. *The Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MARENCO DOS SANTOS, André. *Não Se Fazem Mais Oligarquias Como Antigamente*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2000.
- MICHELS, Robert. *Zur Soziologie des Parteiwesens in der modernen Demokratie*. New edition. Stuttgart: Kröner, 1970 [1911].
- MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class*. New York: McGraw-Hill, 1939 [1923].
- MUGHAN, Anthony. *Media and the Presidentialization of Parliamentary Elections*. London: Palgrave, 2000.
- OFFE, Claus. „Unregierbarkeit.“ Zur Renaissance konservativer Krisentheorien. In: HABERMAS, Jürgen (Hrsg). *Stichworte zur ‚Geistigen Situation der Zeit‘*. Bd. 1. Frankfurt: Suhrkamp, 1979, pp. 294–318.
- \_\_\_\_\_. Micro-aspects of Democratic Theory. *Herausforderungen der Demokratie*. Frankfurt: Campus, 2003, pp. 297–320.





- PHARR, Susan J.; PUTNAM, Robert D. (Eds.). *Disaffected Democracies*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- PHILLIPS, Kevin. *Wealth and Democracy*. New York: Broadway Books, 2002.
- ROSA, Hartmut. Wettbewerb als Interaktionsmodus. *Leviathan*, Jg. 34, p. 82-104, 2006.
- RUESCHEMEYER, Dietrich; STEPHENS, Evelyn Huber; STEPHENS, John D. *Capitalist Development and Democracy*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- SARTORI, Giovanni. *Democratic Theory*. Reprint. Westport: Greenwood Press, 1976 [1962].
- \_\_\_\_\_. *The Theory of Democracy Revisited*. Chatham: Chatham House, 1987.
- SAWARD, Michael. "Less than Meets the Eye. Democratic Legitimacy and Deliberative Theory". In: SAWARD, Michael (ed.). *Democratic Innovation*. London: Routledge, 2000, pp. 66-77.
- SCHARPF, Fritz W. *Games Real Actors Play*. Boulder: Westview, 1997.
- SCHATTSCHEIDER, Elmer Eric. *The Semi-Sovereign People. A Realist's View of Democracy in America*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper, 1942.
- SHAPIRO, Ian. *The State of Democratic Theory*. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- SOMIT, Albert; WILDENMANN, Rudolf; BOLL, Bernhard; ROEMMELE, Andrea (Eds.). *The Victorious Incumbent*. Aldershot: Dartmouth, 1994.
- STAMMER, Otto. Das Elitenproblem in der Demokratie. In: *Politische Soziologie und Demokratieforschung*. Berlin: Duncker & Humblot, 1965 [1951], pp. 63-90.
- STRØM, Kaare. Parliamentary Democracy and Delegation. In: STRØM, Kaare; MÜLLER, Wolfgang C.; BERGMAN, Torbjørn (Eds.). *Delegation and Accountability in Parliamentary Democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2003, pp. 55-106.
- SUNSTEIN, Cass. Preferences and Politics. *Philosophy and Public Affairs*, v. 20, p. 3-34, 1991.
- SWANSON, David; MANCINI, Paolo (Eds.). *Politics, Media and Modern Democracy*. New York: Praeger, 1996.
- TSEBELIS, George. *Veto Players: How Political Institutions Work*. New York: Russell Sage Foundation, 2002.
- WEBER, Max. The Profession and Vocation of Politics. In: *Weber: Political Writings*. Edited by Peter Lassman and Ronald Speirs. Cambridge: Cambridge University Press, 1994 [1919], pp. 309-69.
- WILENSKY, Harold L. The Professionalization of Everyone? *American Journal of Sociology*, v. 60, pp. 137-58, 1964.





**Recebido em:** 20/08/2018

**Aceito em:** 20/08/2018

“Não se fazem mais elites como antigamente”: o incessante problema do elitismo democrático.

Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n. 38, p. 3-19, ago. 2018.

ISSN: 0104-6594 Site <http://seer.ufrgs.br/revfacdir> Email: [revistafacdir@ufrgs.br](mailto:revistafacdir@ufrgs.br)

Faculdade de Direito da UFRGS - Avenida João Pessoa, 80 - Centro Histórico - Porto Alegre - RS - Brasil

CEP 90040-000 - Telefone: +55 51 3308-3118 - Site <http://www.ufrgs.br/direito/>

